

## **Portugal: parlamento volta a debater reforma ortográfica**

### **Português**

Enviado por: [aquiasvalasco@seed.pr.gov.br](mailto:aquiasvalasco@seed.pr.gov.br)

Postado em: 21/05/2009

Apesar de o tema ter sido amplamente discutido entre países que têm a língua portuguesa como oficial, o Acordo Ortográfico – em vigor no Brasil desde janeiro – teve novo revés. Saiba mais...

DA REDAÇÃO - Apesar de o tema ter sido amplamente discutido entre países que têm a língua portuguesa como oficial, o Acordo Ortográfico – em vigor no Brasil desde janeiro – teve novo revés. Quarta-feira, o Parlamento português discutiu uma proposta de renegociação da reforma, mesmo tendo sido aprovada por governo e Assembleia da República. Ao final da discussão, o Partido Socialista se viu isolado a favor do novo acordo. Segundo a BBC Brasil, na proposta, que chegou ao Parlamento graças a uma petição assinada por 113.206 portugueses (são necessárias 5 mil assinaturas), pede-se que o governo reveja os pontos da reforma ortográfica, considerados pelos organizadores do abaixo-assinado contraditórios. – Pede-se que o governo abra negociações com o objetivo da revisão dos termos do acordo. Na nossa opinião, o acordo teria de ser revogado porque é um acúmulo de disparates – explica o deputado Vasco Graça Moura, um dos organizadores do abaixo-assinado. De acordo com Moura, a “petição foi discutida na Comissão de Ética e Sociedade da assembleia e o relatório do deputado Barreiras Duarte, que dá razão à petição, foi aprovado por unanimidade”. Dos países lusófonos, apenas o Brasil deu início oficialmente ao período de transição da aplicação do acordo. Portugal, Brasil, São Tomé e Cabo Verde são os países de língua portuguesa que já aprovaram o acordo. A data para o início do período de transição ainda não foi determinada em Portugal. Em entrevista à Lusa, uma fonte dos peticionários disse que o debate no Parlamento poderá alterar algumas “situações caóticas” que o acordo prevê. – Se os fundamentos científicos e linguísticos que sustentam a petição forem tidos em conta, poderá impedir-se o caos ortográfico que acontecerá, de um e outro lado do Atlântico, se o acordo for integralmente avante – observou. Segundo o documento final, a reforma “enferma de vícios suscetíveis de gerarem a sua patente inconstitucionalidade”. Para os assinantes da petição, as justificativas para o acordo são falsas: discordam de que ele vai ajudar a combater o analfabetismo com a simplificação e ajudar a língua portuguesa a se impor como língua internacional. Também dizem que a justificativa para a adoção não tem base científica. Entre as principais queixas dos críticos ao acordo está a de que a eliminação de “p” e “c” não pronunciados em palavras como “ótimo”, “Egipto”, “acto” ou “facção” abandona a etimologia das palavras <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/05/20/e20058299.asp>